

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MULTINACIONAIS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS¹

*THE PROCESS OF MULTINATIONAL COMPANIES IN TERRITORIALIZATION OF
UNDERDEVELOPED COUNTRIES*

Roberto de Souza Santos²

Professor Adjunto IV - Mestrado em Geografia e no curso de graduação em Geografia
da UFT – Campus Porto Nacional – TO
robertosantos@mail.uft.edu.br

Resumo

A estruturação e elaboração deste artigo basearam-se a partir de uma revisão bibliográfica. Procura debater teórico-criticamente a gestão territorial das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos industrialmente. Discutir e questionar a forma neocolonial adotada pelos países capitalistas no atual mundo globalizado. Debater sobre como as empresas multinacionais estabelecem o processo de territorialização. Abordar sobre o modelo de planejamento adotado no desenvolvimento regional no século XX. Questionar e debater de forma crítica o processo de neocolonialismo. No mundo atual, as empresas multinacionais acionam o processo de territorialização através de estratégias e articulações políticas, parcerias, alianças, tendo como parceiros/instrumentos o conhecimento técnico-científico. No seu processo de territorialização tem o controle e domínio comercial e político do mercado na arena global regional e local. Quando elas territorializam, criam novos hábitos alimentares e novos estilos de consumo e de vida. No processo de territorialização, as empresas multinacionais desterritorializam os atores locais e se territorializam nos lugares, nas localidades.

Palavras chave: neocolonialismo, multinacionais, processo de territorialização.

Abstract

The structure and preparation of this article were based from a literature review. Search discuss theoretical and critically territorial management of multinational companies in developing countries industrially. Discuss and question the neocolonial form taken by capitalist countries in today's globalized world. Discuss how multinational companies establish the territorial process. Addressing on the planning model adopted in regional development in the twentieth century. Question and discuss critically the process of neocolonialism. No today's world, multinational companies drive the process through

¹ Este artigo foi apresentado parcialmente no XII Coloquio Internacional de Geocrítica –Las independências y construcciónnacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX. Em Bogota em 07 a 11 de maio de 2012.

² Possui graduação e m Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em Geografia Pelo Instituto de Biociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pela Instituto de Estudos Socioambientais – IESA – Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás – Goiânia (2013). É integrante do Núcleo de Estudos Urbanos e Agrários – NURBA da UFT. Atua como docente no Programa de Pós- Graduação em Geografia da UFT na linha de pesquisa: “Estudos Geoterritoriais”. Possui experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor Adjunto IV, professor do Mestrado em Geografia e no curso de graduação em Geografia da UFT – Campus Porto Nacional – TO.

territorial strategies and political alliances, partnerships, alliances, and as partners / instruments technical-scientific knowledge. In its territorial process has control and commercial and political market dominance in regional and local global arena. When they territorializam create new eating habits and new styles of consumption and life. In the process of territorialization, multinational companies deterritorialize local actors and territorializam in places, in the localities.

Keywords: neocolonialism, multinationals, territorialization process.

INTRODUÇÃO

As empresas multinacionais procuram territorializar através de novas necessidades de intercâmbio, da regulação e dos mecanismos de produção como a circulação, distribuição e consumo. Para SANTOS (1996), no mundo atual, é possível uma ação unificada em todo o planeta em tempo real. No mundo globalizado, as multinacionais buscam a competitividade no território. Uma dos pressupostos para a busca da competitividade é a fluidez do território. A fluidez desse território exige fronteiras flexíveis, melhorias nos transportes e comunicações, extinção dos obstáculos à circulação da produção e, sobretudo, a supressão das rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (SANTOS, 1996).

Com os recursos técnico-científicos disponíveis atualmente, as ações das empresas multinacionais dispõem de extrema fluidez e eficiência no território. No mundo atual, as empresas multinacionais acionam o processo de territorialização através de estratégias e articulações políticas, parcerias, alianças, tendo como parceiros/instrumentos o conhecimento técnico-científico. No seu processo de territorialização tem o controle e domínio comercial e político do mercado na arena global regional e local. Quando elas territorializam, criam novos hábitos alimentares e novos estilos de consumo e de vida. No processo de territorialização, as empresas multinacionais desterritorializam os atores locais e se territorializam nos lugares, nas localidades. Mudam a estrutura do emprego e de outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar. Eliminar todos os obstáculos à livre circulação de mercadorias, das informações e do dinheiro passa a ser o objetivo principal das forças hegemônicas na disputa pelo território. A flexibilização dos regulamentos no território e a abertura do mercado impõem políticas que ferem a soberania dos Estados Nacionais, o que pode dificultar estes, formalizarem suas propostas de gestão territorial. Atualmente, as empresas multinacionais sobrepõem-se aos Estados nacionais quando se trata de instituir suas políticas sociais, econômicas e comerciais. Estas empresas

naturalmente representam os interesses dos países industrialmente mais desenvolvidos e a ideologia do crescimento, da racionalidade econômica.

A concepção de desenvolvimento das multinacionais, necessariamente passa pelas seguintes premissas: redução da intervenção do Estado no setor produtivo; ampliação do poder das empresas privadas; a idéia de mega-projetos de infra-estrutura é condição de desenvolvimento e de progresso; os grupos multinacionais devem controlar a economia e a manutenção do mecanismo da dívida; as trocas desiguais no comércio internacional é uma questão de mercado. É a partir deste esboço que este trabalho pretende questionar e debater de forma crítica o neocolonialismo e o processo de territorialização das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos industrialmente.

FASES DO PROCESSO DE PENETRAÇÃO DO CAPITAL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

O processo de penetração do capital nos países periféricos, no processo histórico pode se dizer que passou por 3 fases, afirma SANTOS (2007). Primeiramente, pela força física e pela ação militar. As outras fases começaram com a ideologia. Mas em cada uma delas, houve a combinação de elementos da ideologia com a força bruta ou retaliações. Na primeira fase, os colonizadores não precisaram disfarçar sua atividade. Esta é a razão do planejamento depois de 1930 de ser sinônimo de estratégia de conduzir o processo de neocolonização através da ideologia. O planejamento tornou-se África e Ásia um substituto da colonização dos tempos do mercantilismo. Nesta primeira fase existia o monopólio das metrópoles sobre o comércio e produção nas colônias, quando estas deveriam vender os seus recursos naturais e matéria-prima para as metrópoles em valores baratos e de forma imperativa.

A segunda fase é marcada pelo monopólio na sua forma transnacional. Nesta fase, a revolução científica foi essencial. A difusão de idéias e a imposição de novas idéias dominantes foram essenciais para desencadear o processo de neocolonização e de monopólio na sua forma transnacional. Esta fase começa por volta da década de 1940. As máquinas mais eficazes para a produção são fabricadas para dinamizar o desempenho do processo produtivo. Novos modelos de consumo de massa propagandas pelos meios de comunicação de massa foram necessários para criar um terreno fértil para o consumo e, sobretudo a criação de novas necessidades de consumo.

Na terceira fase, a pobreza não só será diminuída, mas também mascarada. O processo de modernização conduz uma nova forma de “pobreza planejada”. Como isso acontece? No setor público, os gastos em infra-estrutura terão que ser aumentados à custa dos investimentos sociais. As áreas rurais deverão ser modernizadas enquanto que se mantêm os salários baixos nas cidades. As indústrias poluidoras que os países desenvolvidos não querem mais, chegam aos países industrialmente subdesenvolvidos, aí, precisa de novos investimentos para despoluir. E as demandas sociais ficam de fora.

A modernização imperativa do setor agrícola para exportação produz um efeito ao contrário, ou seja, há um abandono da agricultura de subsistência, em função das precárias condições de produção e de sobrevivência da agricultura de subsistência passa a deparar. Para evitar o risco de uma rebelião das grandes massas empobrecidas, o controle populacional deve ser acionado, o que significa “eliminar a pobreza pela eliminação dos pobres”, afirma o referido autor.

Atualmente, a penetração do capital nos países industrialmente subdesenvolvidos é amparada pela mídia ocidental (pelo cinema, emissora de TV, pelo mundo virtual). A mídia se coloca a serviço dos interesses das multinacionais. Procuram tornar os estilos de consumo dos países industrialmente desenvolvidos como estilos de vida nos países industrialmente subdesenvolvidos.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO E O PLANEJAMENTO COMO INSTRUMENTO DO NEOCOLONIALISMO

As políticas de desenvolvimento e de planejamento instituídas pelos países ricos não passam de uma ideologia desenvolvimentista. A partir de MARX e ENGELS, os conceitos sobre ideologia passam a ser discutidos tanto no campo das idéias como no campo político. Para estes autores, a ideologia não é apenas a ciência das idéias, mas consiste precisamente na transformação das idéias da classe dominante em idéias dominantes para a sociedade como um todo, constituindo assim, um instrumento de dominação, (CHAUI, 1984). Não seria apenas um conjunto de idéias que elaboram uma compreensão da realidade, mas um conjunto de idéias que dissimulam essa realidade, porque mostram as coisas de forma parcial ou distorcida em relação ao que realmente são, (COTRIM, 2001).

Para MARX e ENGELS, a ideologia é produzida pelas relações sociais e por formas históricas determinadas pelas relações sociais juntamente com a produção das idéias e

condições sociais e, adquire consistência no instante em que a divisão social do trabalho separa o trabalho material ou manual do trabalho intelectual, (CHAUÍ, 1984).

A ideologia, do ponto de vista da ciência, pressupõe a formação das idéias; tratado das idéias em abstrato; sistema de idéias. Do ponto de vista filosófico, é o conjunto articulado de idéias, valores, opiniões, crenças etc. que reforçam e expressam as relações que conferem unidade a determinado grupo social (classe, partido político, seita religiosa), seja qual for o grau de consciência que seus portadores tenham. Do ponto de vista político, constitui um sistema de idéias organizado como um instrumento de luta política.

A função da ideologia burguesa é a de apagar as diferenças, como as de classes sociais e de fornecer aos membros da sociedade, o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a de Estado-Nação- nacionalidade.

Isso significa que, na qualidade de explicação teórica do real (por meio da ciência, da filosofia ou da religião), a ideologia nunca pode explicitar sua própria origem, pois, se o fizer, virá à tona a divisão social em classes e perderá, assim, sua razão de ser, que é a de dar a explicação racional e universal que deve mascarar as diferenças e particularidades reais.

E quanto à ideologia desenvolvimentista, deve ficar claro que é a postura política dos atores sociais e econômicos em terem uma filosofia unilateral baseada no pensamento que considera o crescimento econômico e o progresso socioeconômico como fenômenos naturais e necessários da nossa atual sociedade.

O significado de ideologia desenvolvimentista é bem preciso: traduz-se no discurso com explícita e nítida orientação política. Isto é, está a serviço de algum interesse pessoal e social, eminentemente justificadora e sempre sugere um dever ser, (DEMO, 1995).

Tal ideologia não pode ser analisada e entendida desvinculada de seu conteúdo político-ideológico, sobretudo quando se incluem as práticas do poder público ocorrido por intermédio das políticas públicas, embora os atores econômicos também sempre estejam em voga nesse processo.

Os legítimos instituidores e portadores deste modelo de políticas de desenvolvimento são a Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Organização Mundial do Comércio e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento e atualmente os blocos internacionais de poder que instituem políticas de desenvolvimento e de planejamento no plano bilateral. Seus planos de desenvolvimento são estabelecidos de “cima para baixo” (de forma assimétrica e

imperativa, imperativa porque não coloca outra alternativa) além de procurar ter o controle do sistema financeiro internacional.

As políticas públicas bilaterais como qualquer outra decorre pela vontade política de um ator político ou social que tem a disposição de realizar algo, de planejar ou de realizar um objetivo. Uma vontade própria de resolver, planejar algum objetivo. Quando se trata de políticas públicas, a prerrogativa de decidir é uma situação imperativa. Ou seja, ao estabelecer uma política pública é uma questão de tomar uma decisão.

Esta decisão poderá partir duas maneiras: técnica ou política. A decisão puramente técnica talvez seja mais desejável do que a política. Porém, a conjuntura política poderá operacionalizar a decisão. Em outras palavras, normalmente no plano das políticas públicas elas são decididas e executadas no plano político e não no plano técnico.

O especialista pode fornecer um laudo técnico eficiente, mas quando colocado na esfera do poder político constituído (governo, Congresso Nacional, Assembleias legislativas, prefeituras ou até mesmo no judiciário), a tendência é que sua aprovação acontece de fato no plano político e não no técnico.

Esse raciocínio nos leva a fazer as seguintes indagações: o que é tecnicamente viável e, o que é politicamente viável. Nem sempre estas duas situações são viáveis ao mesmo tempo. A operacionalização de uma circunstância social ou uma determinada realidade social (conflitos sociais e movimentos sociais) poderá ter caminhos diferentes. O plano técnico poderá não ser o viável, de forma que o plano político será, ou vice-versa. Entretanto, vale salientar que as decisões tomadas no mundo das políticas públicas esporadicamente elas partem do plano técnico e sim do plano político. Em especial em se tratando de políticas públicas bilaterais. O Estado é único ator que planeja que não tem convívio com outros atores com capacidade de planejar com equivalência. Tem o poder de legitimar as propostas em pauta, (MATUS, 1996).

Atualmente, no mundo globalizado os blocos econômicos desempenham papel determinante no que tange a institucionalização das políticas de desenvolvimento bilaterais. Alguns teóricos, entre eles o geógrafo Costa (1993) preferem qualificar de blocos internacionais de poder, como por exemplo, a Comunidade Econômica Européia para não usar a terminologia Divisão Internacional do Trabalho. Os blocos internacionais de poder constituem verdadeiras instituições supranacionais no mundo atual.

Difícilmente as políticas públicas se operacionalizam sem um planejamento para as suas ações. O planejamento é um princípio básico para que as políticas públicas sejam

aplicadas no mundo real. Desde a Grécia antiga que o homem planeja suas atividades. Mas é a partir do surgimento do modo de produção capitalista que a idéia de planejar racionalmente passa a ser de interesse para a organização e estruturação do território nacional, para a criação do Estado Nacional Moderno e, sobretudo em virtude para planejar as necessidades do capitalismo e do seu espaço político e econômico e a sua expansão.

Nesse procedimento de planejar o território capitalista, as teorias locacionais e a análise espacial e regional constituíram um esboço teórico-metodológico para instrumentalizar, a discussão e compreensão de como os agentes econômicos vão se estabelecer de forma planejada nas diversas regiões do planeta. A ciência espacial e regional foram direcionadas e colocadas a serviço do capitalismo para dar resposta eficiente as suas necessidades e demandas.

É a partir desse pressuposto que os Estados Nacionais procuram estabelecer suas políticas de desenvolvimento para atender a expansão dos agentes econômicos e das multinacionais nas diversas escalas geográficas nos séculos XIX e XX. Mas é no século XX, que a discussão teórica de planejamento adquire maior relevância e uso sistemático. E, sobretudo a partir da crise de 1929, o Estado foi convidado instituir políticas de intervenção no setor produtivo com a instituição do Estado Keynesiano. Isso significa dizer que no mínimo, que o Estado teria que estabelecer políticas de planejamento para os empreendimentos econômicos.

A União Soviética esboçou o primeiro plano quinquenal em 1929. O planejamento chega como instrumento de política econômica, com os chamados “planos de metas”. Estes eram grandes planos elaborados por tecnocratas, sem a preocupação com a complexidade das questões sociais e políticas nacionais e locais. A partir da crise de 29, a América Latina começa a viver um período de instabilidade, do ponto de vista econômico e político, com o surgimento de movimentos populares e de trabalhadores. Estes irão se intensificar nas décadas seguintes, dando origem até os movimentos revolucionários, como a Revolução Cubana, em 1959. No final da década de 1940 e, sobretudo, na de 1950, tem início um importante processo de planejamento.

Este procedimento na América Latina é representado principalmente pela experiência da CEPAL (comissão econômica para a América latina). A CEPAL difunde a idéia do planejamento econômico-social, mas na década de 1950, teve um viés economicista. O quadro mudou a partir de 1960. A CEPAL, acompanhando os acontecimentos, passa a ter uma preocupação sociopolítica mais definida. O tipo de

planejamento por ela aplicado mostrou-se insuficiente para responder ao quadro social e político sul-americano. Em resposta à ineficiência do planejamento cepalino, houve um incremento das lutas sociais e populares neste período em muitos países da região.

Em outras palavras, a intenção política da CEPAL foi à formulação de uma política de desenvolvimento de “cima para baixo” aos governos latino-americanos para a busca do crescimento econômico. Para exemplificar esse raciocínio pode-se citar o BID (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento) que controla de forma unilateral o sistema financeiro e as políticas de desenvolvimento implementadas pelos países que recebem os empréstimos e atua de forma articulada com o Banco Mundial e FMI.

Para continuar o processo de colonização no século XX, os países capitalistas ricos buscaram instrumentos no planejamento. No século XX, a ciência regional, a análise regional, a economia espacial, a geografia e o urbanismo foram áreas do conhecimento científico que foram direcionadas para planejar as demandas do sistema capitalista. A economia foi colocada a disposição para a compreensão dos problemas e da crise do capitalismo. Principalmente a economia política que teve o papel de direcionar e coordenar a economia política dos Estados Nacionais.

Consagra o planejamento em um sistema formal e programático. Com isso o planejamento perdeu seu status científico e tornou-se uma ideologia. Persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que se chamou de desenvolvimento, o que foi na verdade a venda da ideologia do crescimento para os países subdesenvolvidos industrialmente. A ideologia da fé cega em taxas de crescimento. Tal planejamento não é ciência. A tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional, afirma SANTOS (2007).

Com o planejamento regional ganha importância com internacionalização do capital. Para os adeptos desta teoria, a melhoria dos transportes e das redes de comunicação força a criação de mercados integrados e redistribuição das atividades econômicas e da riqueza dentro de cada país, e diminui as distâncias e estimula a especialização agrícola e a difusão do consumo. As obras de grande porte em transportes, comunicações e produção de energia reduzem os custos para as grandes empresas. A penetração dos países pobres no mundo do capital não é fortuita. O processo foi adaptado a diferentes necessidades, momentos e situações, mas a mecânica desse processo mesmo é a acumulação.

A ciência regional e o planejamento eventualmente se fundiram. E a tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais é confiada à ciência regional. Uma das

funções do planejamento é racionalizar o processo de modernização nas regiões “consideradas” não desenvolvidas. Esse procedimento é uma das formas de manter o processo de neocolonialismo nos países industrialmente subdesenvolvidos. A ciência regional, a geografia e área do conhecimento do planejamento regional tiveram a missão de difundir o capital, sobretudo por meio das teorias dos lugares centrais do geógrafo Walter Christaller e das teorias dos pólos de crescimento de Perroux. A teoria dos lugares centrais foi uma justificativa teórica útil da existência de grandes concentrações geográficas do capital (geralmente em uma grande cidade) e a teoria dos pólos de crescimento serviu para a difusão do capital no espaço. E outras teorias como a descentralização e desconcentração industrial. A adoção desta filosofia no planejamento regional da indústria e no processo produtivo trouxe algumas conseqüências como a desintegração de economias regionais, a geração da concentração urbana em determinados ponto territoriais e ampliou o êxodo rural, afirma SANTOS (2007).

Não seria um exagero dizer que o planejamento (das políticas públicas - economia comercial) nos países subdesenvolvidos industrialmente é instrumento de manutenção. A manutenção do processo de desenvolvimento nos países industrialmente subdesenvolvidos acontece através da dominação da dependência econômica e tecnológica. Estes forame são os mecanismos adotados mais eficazes para condução do processo de neocolonialismo.

O modelo de desenvolvimento adotado pelos países ricos para os países subdesenvolvidos resumiu-se em um planejamento tecnocrático baseado numa filosofia positivista preocupada em quantificar a realidade social. A pobreza um fenômeno qualitativo, transformou-se em um problema quantitativo e reduziu a dados numéricos e estatísticos para provar a distância entre regiões pobre e rica. Os Países pobres deveriam adotar os modelos dos ricos para superar a pobreza e o subdesenvolvimento. O modelo modernizante gerou pobreza, concentração da renda em determinadas regiões e criou uma classe social privilegiada.

As políticas bilaterais instituídas pelos países industrialmente desenvolvidos no século XX continuaram alimentando a uma estrutura de poder global e manutenção da diplomacia na arena internacional que traduziu em um verdadeiro neocolonialismo.

ASSIMETRIAS NAS RELAÇÕES BILATERAIS

Atualmente, quem tem o poder de disciplinar os acordos bilaterais comerciais é a OMC (Organização Mundial do Comércio), que foi criada em 1994 (como prolongamento do GATT, que deixou de existir) para coordenar as relações mercantis entre seus 139 países-membros. Esta instituição é muito criticada pelas ONGs e críticos da economia de mercado, pela falta de transparência de seu funcionamento, por sua subordinação aos princípios do livre-comércio neoliberal e, sobretudo, por sua vontade de impor o primado dos acordos comerciais sobre as convenções sociais e ambientais adotadas por outros organismos internacionais, afirma PASSET, (2003).

Os imperativos regulacionistas dos acordos do livre-comércio seguem fielmente os princípios da economia de mercado e esta, por sua vez, é altamente irracional, acredita cegamente no crescimento contínuo e, este por sua vez, não tem a sua lógica compatível com a lógica ecológica e muito menos com a lógica de redistribuição de renda. O livre comércio para as grandes potências pode significar liberdade, mas significa também exploração e destruição dos direitos e ferramentas da soberania dos países industrialmente subdesenvolvidos. O livre comércio produz exclusão social e aprofunda a desigualdade entre as nações. O mundo pode ser livre para eles e somente para eles.

Os organismos internacionais que deliberam políticas e realizam acordos bilaterais, naturalmente, representam os interesses dos países industrialmente mais desenvolvidos portadores da ideologia do crescimento, da racionalidade econômica, mas desconhecem a racionalidade ecológica e a racionalidade distribuição de renda. O FMI (Fundo Monetário Internacional), por exemplo, afirma claramente que a globalização é um dos principais motores do crescimento. Tal postura política representa literalmente a ideologia desenvolvimentista. O FMI, criado no contexto da ONU, em 1944, é dirigido pelos representantes dos ministros das finanças dos Estados Membros e tem a missão de garantir a estabilidade do sistema monetário internacional. A partir de 1980, sua competência foi ampliada para as estruturas produtivas dos países devedores em desenvolvimento, condicionando sua ajuda a eles à aplicação dos famosos Programas de Ajuste Estrutural, (PASSET, 2003).

As instituições bilaterais ao fazer empréstimos impõem condicionalidades e uma diplomacia assimétrica. Nas suas políticas de desenvolvimento a competitividade fica acima das questões sociais e ambientais. Os mega-projetos financiados pelo banco mundial podem se estabelecer sem estudos completos de impactos ambientais, social, de gênero, classe social, etnia e, tem, sobretudo, um enorme custo ambiental e social. O BID não tem transparência

plena de suas políticas. Alega que nem todas as informações podem ser divulgadas. Pode ferir relações com países membros ou dos clientes do Banco.

O Banco Inter-Americano de Desenvolvimento empresta dinheiro para as nações e empresas privadas e investe mais de nove bilhões de dólares nas Américas ao ano. Tem controle sobre o sistema financeiro e sobre as políticas implementadas pelos países que recebem os empréstimos. Seus empréstimos vêm acompanhados das seguintes medidas: aumento de impostos; corte nos gastos públicos e investimentos públicos no setor social; altas taxas de juros internos; privatizações; abertura financeira, cambial e comercial; superávit primário; redução dos gastos do governo para pagar a dívida pública e flexibilização das normas que regem o mercado (mercado de trabalho, etc.).

A concepção de desenvolvimento do BID traduz em redução da intervenção do Estado no setor produtivo; ampliação do poder das empresas privadas; idéia de Mega-projetos de infra-estrutura é condição de desenvolvimento, progresso, porém, trás enorme custo ambiental e impactos negativos para as populações afetadas; influência nas trocas desiguais no comércio internacional (ex. exportação de produtos primários baratos e importação de produtos industrializados dos países centrais); grupos multinacionais controlar a economia e a manutenção do mecanismo da dívida e remessas de riquezas dos países pobres para países ricos.

Essas assimetrias nas diplomacias bilaterais que beneficia os países industrialmente desenvolvidos condicionam uma relação de privilegio destes países sobre os países periféricos. E por conseqüência, alimenta uma situação neocolonial.

AS MULTINACIONAIS E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

Para compreender teoricamente o processo de territorialização dos atores hegemônicos, é necessário primeiro ter uma noção do que é territorialização e atores hegemônicos. A expressão territorialização indica processo, ação ou a história do desenvolvimento, e a luta pelo poder comercial, econômico e político dos atores sociais e econômicos e as multinacionais na arena territorial internacional. É uma ação do ator social no tempo e no espaço. É uma ação racional. A ação é um processo, mas um processo dotado de propósitos, isto é, um projeto. As ações são cada vez mais estranhas ao homem e ao lugar. Muitas ações que se exercem num dado lugar, são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante, apenas a resposta é local.

Para SANTOS (1996), no mundo atual, é possível uma ação unificada em todo o planeta em tempo real. A condição chamada “tempo real” permite aos atores sociais e econômicos presentes em diversos lugares, a possibilidade de agir, aqui e agora, pelas mãos dos Estados, das organizações internacionais e das firmas transnacionais, sobretudo através das instituições financeiras, responsáveis pela circulação universal da mais-valia. Com os recursos técnico-científicos disponíveis atualmente, as ações dispõem de extrema fluidez no território.

A expressão “multinacional” tem a noção de atores hegemônicos que indica atores que têm domínio territorial na arena internacional e planetária. Exemplos de atores hegemônicos a ONU, UNESCO, OMC, Banco Mundial, as multinacionais, os bloco econômicos, países mais ricos do mundo (G8) e as Organizações Não Governamentais. Territorialização dos atores hegemônicos é ter o controle e domínio comercial e político do seu mercado na arena global regional e local. Somente os atores hegemônicos são capazes de acionar todas as redes e utilizar todo o território. Fluxos rápidos caracterizam as ações de comando, exercidas pelos atores hegemônicos. Eliminar todos os obstáculos à livre circulação de mercadorias, das informações e do dinheiro passa a ser o objetivo principal das forças hegemônicas em disputa pelo território.

No mundo atual os atores hegemônicos acionam o processo de territorialização através de estratégias e articulações políticas, parcerias, alianças, tendo como parceiros/instrumentos o conhecimento técnico-científico. Contudo, no mundo globalizado os atores locais de menor influência na arena territorial, têm suas limitações e dificuldades da construção de sua territorialidade.

SANTOS (1996) define o atual contexto geográfico como o meio técnico-científico-informacional no qual a produção é cristalizada sobre as bases da ciência, da técnica e da informação. Para ele, este meio recheado de conteúdo científico-informacional coloca o território numa condição subordinada ao modelo de organização espacial da sociedade capitalista. Com a participação direta dos agentes hegemônicos, os quais articulam a política, o aparelho estatal, os mecanismos financeiros, enfim, influenciam diretamente no sentido de viabilizar a criação de um espaço que deve ser equipado para promover os seus interesses econômicos.

No mundo globalizado, os atores hegemônicos buscam a competitividade no território. Uma dos pressupostos para a busca da competitividade é a fluidez do território. A fluidez desse território exige fronteiras flexíveis, melhorias nos transportes e comunicações,

extinção dos obstáculos à circulação da produção e, sobretudo, a supressão das rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (SANTOS,1996). A maior fluidez do espaço pode ser operacionalizável a partir de vetores técnicos que viabilizam o processo por meio das redes técnicas.

Com os recursos técnico-científicos disponíveis atualmente, as ações das empresas multinacionais dispõem de extrema fluidez e eficiência no território. No mundo atual, as empresas multinacionais acionam o processo de territorialização através de estratégias e articulações políticas, parcerias, alianças, tendo como parceiros/instrumentos o conhecimento técnico-científico. No seu processo de territorialização tem o controle e domínio comercial e político do mercado na arena global regional e local. Quando elas territorializam, criam novos hábitos alimentares e novos estilos de consumo e de vida.

No processo de territorialização, as empresas multinacionais desterritorializam os atores locais e se territorializam nos lugares e nas localidades. Mudam a estrutura do emprego e de outras relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar. Elas são capazes de acionar todas as redes e utilizar todo o território ao mesmo tempo. Eliminar todos os obstáculos à livre circulação de mercadorias, das informações e do dinheiro passa a ser o objetivo principal das forças hegemônicas na disputa pelo território. No processo de territorialização, a dialética desregulamentação e reestruturação ou reestruturação e desregulamentação do território, necessariamente provoca uma desintegração do território pré-existente. Atualmente, as multinacionais procuram territorializar através de novas necessidades de intercâmbio, da regulação e dos mecanismos de produção como a circulação, distribuição e consumo.

A flexibilização dos regulamentos no território e a abertura do mercado impõem políticas que ferem a soberania dos Estados Nacionais, o que pode dificultar estes, formalizarem suas propostas de gestão territorial. Atualmente, as empresas multinacionais querem sobrepor(dependendo dos governos elas sobrepõem) aos Estados Nacionais quando se trata de instituir suas políticas sociais, econômicas e comerciais. Estas empresas naturalmente representam os interesses dos países industrialmente mais desenvolvidos e a ideologia do crescimento, da racionalidade econômica.

A concepção de desenvolvimento das multinacionais, necessariamente passa pelas seguintes premissas: redução da intervenção do Estado no setor produtivo; ampliação do poder das empresas privadas; os grupos multinacionais devem controlar a economia e a manutenção do mecanismo da dívida e a OMC deve ser a instituição reguladora do comércio

internacional. O processo de territorialização das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos industrialmente juntamente com a concepção de desenvolvimento traduz-se em um processo de neocolonialismo. Este processo acentua e amplia a dependência tecnológica e econômica dos países mais pobres. Impõe a privatização do bem público e coloca acima de tudo a livre concorrência comercial como regimento único da economia mundial.

Referências bibliográficas

CHAUÍ, Marilene Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, Rogério Haesbaert. *Blocos internacionais de poder*. 3ed. São Paulo: Contexto, 1993.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia: história e grandes temas*. 15^a ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

MATUS, Carlos. *Política, planejamento e governo*. 2^a ed. Brasília-DF: Ipea Tomo I, 1996.

NOGUEIRA, Jorge M.; NOGUEIRA, Marylin P. S. As conseqüências ambientais de uma maior abertura de mercado. Implicações para a política agrícola brasileira. In: *Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Política agrícola e abertura de mercado. SOBER. Curitiba-PR, 31 de julho a 03 de agosto de 1995. Volume II.

PASSET, René. *Elogio da globalização: por um contestador assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SANTOS, Milton. *Economia Espacial*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *Natureza do espaço – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Recebido para avaliação até 28/11/2015

Aprovado até 15/12/2015